

ATA Nº 7/2020

SESSÃO ORDINÁRIA DE

10/12/2020

(REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA)

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

----- Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, em sistema de videoconferência, em cumprimento do definido no n.º 3, do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, em articulação com o Decreto do Presidente da República, n.º 51-U/2020, de 06 de novembro, que aprovou o estado de emergência em todo o território nacional, sob a presidência do Ex.º Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sra. Regina Maria Duarte Serrano, 2.º Secretário. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **PONTO UM – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **PONTO DOIS – Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2021, nos termos no disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugados com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

----- **PONTO TRÊS – Descentralização Administrativa – Lei Quadro de transferências para a Administração Local e Diplomas Setoriais – aceitação em matéria de saúde – não aceitação em matéria de Educação e Ação Social – Aprovação.** -----

----- **PONTO QUATRO – Relatório de Fiscalização semestral sobre a situação económica e financeira do Município – Tomada de Conhecimento.**

----- **PONTO CINCO– Nomeação da Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas – Aprovação Deliberação.** -----

----- **PONTO SEIS – Redução e Isenção de tarifas aos utilizadores domésticos dos Serviços de águas, águas residuais e resíduos urbanos,**

no contexto de medidas excepcionais de apoio à população no âmbito da COVID – 19 – Renovação 2021. -----

----- PONTO SETE – Estratégia Local de Habitação Mira - Aprovação. -----

----- PONTO OITO – Alteração ao plano de urbanização de Mira- Aprovação final. -----

----- PONTO NOVE–6ª Alteração ao plano diretor Municipal de Mira – Aprovação final. -----

----- PONTO DEZ– Indicação pela Assembleia Municipal de Mira de um membro por cada partido para integrar a composição no Conselho Municipal de Juventude de Mira. -----

----- PONTO ONZE– Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Aprovação final.-----

----- PONTO DOZE– Designação de cidadão eleitor – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira.-----

----- PRESENÇA DO EXECUTIVO: -----

----- Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, os Técnicos Superiores, Dr. João Rocha, Dr. Ângelo Lopes, Dra. Brigitte, Dra. Oriana Dias e Dr. João Cupido. -----

----- PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: -----

----- Estiveram presentes nesta Assembleia os Senhores: Mário Maduro Ribeiro, Néilson Miranda Cadete, Regina Maria Duarte Serrano, Paulo Jorge dos Santos Grego, Pedro Nunes, Edite Domingues Custódio, Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, João Pedro Ventura Lopes Almeida, Zélia Domingues Morais, Manuel Ferreira Inocêncio, Telma Milene Magueta Salvador, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carlos Manuel D. Veríssimo, Vera Lúcia de Jesus Manco, Marta Sofia Cunha e Silva, Maria Clara Simões Clemente, Carlos Jorge dos Santos Nora, Hugo Daniel de Pinho Coelho Gomes, Luís Filipe Antunes, André Frederico

Guilhoto Monteiro, João André Reigota Gomes, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

----- **FALTAS:** -----

----- Verificou-se a falta da Sra. Joana Mafalda Teixeira (substituída por Edite Domingues Custódio). -----

----- **HORA DE ABERTURA:** -----

----- A reunião teve início às dezoito horas e quinze minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia** que cumprimentou todos os presentes e todos os ouvintes, explicou o modo de como iria decorrer a Assembleia, alertando para o cumprimento obrigatório dos tempos estabelecidos para cada intervenção. Começou por solicitar a secretária Regina que lesse a intervenção do público. -----

----- Interveio o Secretária da Assembleia, Sra. **Regina Serrano** que passou à leitura da intervenção do público. Esta intervenção era do Sr. Fernando de Jesus Oliveira, que se dirigia aquela assembleia para transmitir que os elementos da petição pública da “ Saída imediata da ABMG do Município de Mira, Montemor – o – Velho e Soure “, teriam solicitado no passado mês de novembro a introdução do ponto na ordem de trabalhos daquela assembleia para a entrega e discussão da Petição Publica da Saída Imediata da ABMG dos três municípios, já subscrita por mais de mil e oitocentas pessoas, pedido esse que até aquele momento não teria tido qualquer resposta. Ao tomar conhecimento da agenda pública da Assembleia Municipal de Mira, verificou que o ponto não teria sido acrescentado à ordem de trabalhos, considerando tal um total desrespeito por todos os cidadãos subscritores da referida petição. Veio assim demonstrar o seu desagrado, alegando que o Presidente da Assembleia Municipal de Mira estaria

a ser pouco democrático ao não permitir levar a público tal discussão, muito importante para a vida de todos os municípios. Repudiou a atuação dos membros políticos da Câmara Municipal de Mira e solicitou a correção da situação, incluindo um novo ponto na ordem de trabalho sobre esta matéria permitindo a análise e votação do referido assunto. -----

----- **Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que naquela intervenção do público não teria sido colocada nenhuma questão, pelo que iria aguardar por outros momentos. -

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, solicitou uma inscrição invocando o regimento, alegando que gostaria de fazer uma proposta da bancada do PS, reafirmando que estava a cumprir o regimento na integra. -----

----- **PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- Interveio o Sr. **Nelson Cadete**, que esclareceu que a votação iria ser feita através de um sistema de sondagem, alertando que para a mesma ser validada teria de ser submetida. -----

----- **Ata n.º 4** de 24 de setembro de 2020: submetida a votação foi aprovada por maioria, com uma abstenção do membro Francisco Reigota do PS. -----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota** para esclarecer que a sua votação teria sido abstenção e não contra como teria sido referido. -----

----- Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Assembleia** solicitando a leitura do expediente. -----

----- Interveio o Sr. **Nelson Cadete**, informou que a Câmara e a mesa da Assembleia Municipal teriam recebido um e-mail no dia vinte de novembro de dois mil e vinte a solicitar a introdução de um ponto naquela Assembleia Municipal. Segundo o regimento no ponto 33 e no art. 62º, a possibilidade de inserção desse ponto na ordem de trabalhos levantou muitas dúvidas, uma vez que no e-mail não constava nenhuma assinatura e nem sequer nenhuma

identificação pessoal, tendo sido recusado tal pedido. Não querendo dizer que não estavam disponíveis para discutir aquele assunto, no entanto teria que haver um conjunto de situações legais que permitisse a introdução de um ponto na assembleia. Aquele senhor tinha voltado a enviar outro e-mail, mas já não cumpria os prazos legais necessários para a sua introdução. Salientou que se necessário poderia ser marcada uma Assembleia Extraordinária, desde que o pedido cumprisse todos os requisitos legais. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais -----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, após cumprimentar os presentes, salientou o facto de se estar a viver um ano atípico, triste devido à pandemia, onde seria impossível as pessoas festejarem o Natal em grupo. Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara o trabalho realizado com os enfeites das ruas, alegrando assim um pouco esta quadra natalícia. Mencionou ainda a freguesia do Seixo que iluminou a sua capela, estava muito bonita também. Agradeceu o esforço da Comissão de festas dos Carapelhos, que em conjunto com a Junta de Freguesia, instalou as arcadas nas ruas, vindo na sua opinião, alegrar a aldeia naquela quadra natalícia. Desejou as maiores felicidades naquela quadra e um Bom Ano Novo a todos. Comentou que tinha passado na Praia de Mira e alguém comentava que na Freguesia da Praia nem luzes havia o que se tornava muito triste. -----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, declarou que a sua intervenção não tinha a ver com a junta de freguesia, mas seria sim uma proposta para a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos, conforme a lei assim o permitia. Comentou que aquando da leitura do texto do cidadão Fernando Oliveira, que o mesmo seria uma proposta direta de introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos para a qual não obteve resposta. Uma vez que não aceitaram essa sugestão ele mesmo ia fazer essa proposta em nome da bancada do Partido Socialista, a introdução desse

novo ponto, a discussão da petição da extinção da ABMG. Alegou que não estaria correto terem-lhe retirado o som aquando do pedido de palavra para a introdução deste novo ponto, alegou que não estava a ser incorreto e até tinha invocado o regimento. Saliendo que no dia anterior o Executivo e a própria Assembleia tinham introduzido dois novos pontos, não entendendo como referiam que o e-mail apresentado no dia oito estava fora do prazo e como tal não podia ser introduzido na ordem de trabalhos.-----

---- Interveio o Sr. **Nelson Cadete** dizendo que o regimento era muito claro e que em relação a propostas de inserção de novos pontos na ordem de trabalhos, os assuntos indicados pelo artigo 33 por qualquer membro com assento na assembleia, o pedido tinha que ser apresentado por escrito no prazo de cinco dias úteis antes da realização da sessão ou reunião ordinária e oito dias no caso de sessão ou reunião extraordinária. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia**, declarou que tinha recebido um telefonema de um Sr. de Soure, o qual não conhecia, em que o mesmo o questionou sobre este mesmo assunto. Perguntou-lhe se era jurista, ao que o senhor respondeu que não, ao que o aconselhou a consultar alguém de direito, para ver se era possível que alguém fora do concelho e sem assinaturas visíveis de elementos do concelho poderiam fazer essa mesma petição. Afirmou que tinha sido isso mesmo que a Assembleia tinha feito, pediu a CCDR um parecer sobre esse assunto. Mais informou, que respondeu ao senhor que este nem sequer sabia qual era a sua posição em relação aquela matéria, não percebendo assim porque queria fazer daquilo um caso político e acusá-lo de antidemocrata. Saliendo que se havia pessoa que não menosprezava nem diminuía quem tinha minorias naquela assembleia seria o próprio. Informou o Sr. Deputado da Assembleia que estavam a aguardar que viessem os pareceres ou que surgissem as tais assinaturas do concelho com uma proposta bem-feita, que seria aceite. Propôs inclusive, fazer uma assembleia extraordinária para discutir aquele ponto, não entendendo, de facto porque estava a ser apelidado de

antidemocrata. Mais afirmou que nunca iria compactuar com ilegalidades. -----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, afirmou que o Sr. Presidente da Assembleia não tinha respondido à sua questão, não conhecia quem lhe tinha telefonado, não estava mandatado por nenhum cidadão de Soure nem de Montemor, simplesmente tinha ouvido uma petição a ser invocada numa intervenção de um cidadão de Mira, que estava identificado, e onde tinha uma proposta clara da introdução de um novo ponto. Voltou a questionar se aceitavam esse novo ponto e voltou a propor a introdução do mesmo. Afirmou não ter chamado antidemocrático, alegou não saber a quem respondeu, mas aquelas palavras não seriam as suas, se o Sr. Presidente não queria lições de ninguém, também não as devia dar, democratas seriam todos e respeito mereceriam todos. Alegou ter respeitado o Sr. Presidente e também o exigia, assim como a possibilidade de intervenção que era o que estava a fazer de acordo com a lei, e de forma rigorosa. -----

----- Interveio o Sr. **Artur Fresco**, presidente da Junta de Freguesia de Mira que começou por cumprimentar todos os presentes. De seguida disse que a Câmara tinha, finalmente, iniciado as obras no tabuleiro da ponte entre o Arneiro e o Corticeiro de Baixo, há muito tempo que este assunto teria sido falado em Assembleias, demorou, mas queria dar os parabéns ao executivo por aquela obra. Como tinha falado na última Assembleia, da empresa que andava a asfaltar a obra em Mira e a executar outro tipo de trabalho tais como passeios, pensava que a parte de asfaltamento estaria atrasada e pedia o ponto de situação relativamente à execução daqueles passeios. Tinha reparado que estavam a melhorar o espaço do largo da feira em Portomar, calcetando alguns espaços, o dignificava aquele ambiente. Salientou que ainda faltaria uma rotunda, a maior à entrada da feira, a da Rua Dr. Simões Cúrcio e da Rua de Baixo e questionou para quando a intervenção nessa rotunda. Informou que em 2017 aquando de umas obras perto da farmácia Pisco, teria sido retirado daquele lugar um abrigo da paragem de autocarro, que ainda não tinha sido repostos, o que seria muito

incómodo para os passageiros que aguardavam a chegada do autocarro. Já tinha feito o pedido mais do que uma vez e voltava a fazê-lo naquela assembleia, porque estavam outra vez em dezembro de dois mil e vinte e o referido abrigo ainda não teria sido colocado. Solicitava assim de novo à Câmara a sua reposição. -----

----- **Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que cumprimentou todos os presentes. -----

----- Salientou o quão difícil era realizar aquele tipo de assembleias por aqueles meios, que dificultava a exposição das ideias. Relativamente à questão da petição, quis esclarecer que a Câmara Municipal teria pedido para introduzir dois assuntos, assuntos esses muito importantes, um de uma nomeação para a CPCJ e o outro uma pequena alteração de afastamento no regulamento de edificação e urbanização. O ponto a introduzir da petição, nem estava esclarecido o que seria. Seria a saída da ABMG sem se saber ao certo com que efeitos, o quando, nem o como se faria, não se poderia andar com as histórias das petições sem se saber o texto, a evolução do texto, tinha sido uma vez assinado por um depois assinado por outro. Não se iria discutir aquela matéria sem ter o conhecimento da mesma. Alertou para o facto de se estar a falar de coisas muito sérias afirmou que aquela empresa intermunicipal tinha em Mira uma candidatura de dois milhões de euros aprovadas. Teria todo o gosto de discutir quais seriam as outras soluções, outras propostas alternativas, quais seriam as tarifas a aplicar e esclarecer todas as dúvidas. Solicitou que consultassem o regimento, para que as coisas fossem bem feitas, para que o poder não caísse na rua. Deu o exemplo de uma força de um pedido submetido na hora, sem se estudar bem a situação e os problemas que deram, o assunto era extremamente delicado e tinham de ser cautelosos ao abordá-lo. Sugeriu a marcação de uma Assembleia

Extraordinária para a discussão do assunto. Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta dos Carapelhos pelas suas palavras em relação à iluminação. -----

----- Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, afirmou que a Câmara ia continuar com os asfaltamentos e repor o abrigo da paragem de autocarro em falta. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais** -----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** que cumprimentou todos os presentes, sugeriu que através de inscrições se poderiam permitir a participação do público via plataforma virtual, o que poderia contribuir para ter mais pessoas a participar na Assembleia e não apenas por escrito. Voltou a pedir ao Sr. Presidente o plano para o asfaltamento no concelho, referiu que o MAR tinha sido a favor do empréstimo por ser necessário melhorar aquelas infraestruturas, mas ficou em falta o plano que ainda não tinha sido divulgado pelo Sr. Presidente, não sabendo assim que ruas tinham sido feitas e quais as que ainda faltavam fazer. Referiu a necessidade de fazer a marcação da estrada, após a conclusão do asfaltamento, mesmo não sendo obra da empresa, a Câmara devia fazê-lo pois era uma questão de segurança. -----

----- Advertiu para os horários das escolas, em que a havia uma concentração de pessoas na hora de entrada e de saída, que era igual para todos os alunos. Sugeriu um desfasamento de horário dez minutos antes e dez minutos depois para evitar assim a concentração desnecessária de pessoas. -----

----- Questionou se os funcionários da piscina tinham sido colocados noutros serviços, se sim onde tinham sido colocados, uma vez que a piscina estava encerrada e não se previa uma data para a sua abertura. -----

----- Chamou a atenção para um espaço na rotunda para a Herdade Real na Lagoa, onde os madeireiros costumavam deixar resíduos das florestas, já tinham alertado para não depositarem lá aqueles resíduos, questionou ainda qual era a entidade fiscalizadora, pois alguém tinha que fiscalizar os depósitos daqueles

lixos naquele local.-----

----- Interveio o Sr. **Paulo Grego**, cumprimentou todos os presentes, afirmou que as novas tecnologias tinham condicionantes técnicas e como tal se deveria fazer um apagão a algumas situações ocorridas no início daquela Assembleia, nomeadamente, a justificação dada sobre a possível petição ou não e a alusão ao regimento. Referiu que haveria diferenças entre aludir ao regimento e aludir seletivamente ao regimento. Sugeriu ainda que nesse apagão tivesse sido dada a possibilidade ao Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira de falar no tempo das Juntas de Freguesia, uma vez que tinha afirmado que não queria falar no tempo dele. Mencionou que o Sr. Secretário da Mesa da Assembleia leu os artigos relativos ao regimento, mas somente a parte que lhe interessou. Alertou para o facto de constar no regimento, que os timings referidos para qualquer deputado seriam exatamente os mesmos que seriam para o Sr. Presidente da Câmara. Referiu ainda que no ponto quatro do dito regimento, constava que no caso de justificada impossibilidade, o aditamento poderia ser feito no início da reunião, desde que houvesse votação aprovada por maioria qualificada de dois terços. Afirmou que aquela possibilidade tinha sido completamente posta de parte, não permitindo assim a escolha de incluir ou não o ponto mencionado. ---

----- Afirmou que a explicação do Sr. Presidente da Câmara em incluir os pontos que já teriam sido aprovados em Reunião de Câmara e que seria urgente incluí-los naquela Assembleia, seria aceitável, provavelmente não teriam sido incluídos por esquecimento, não havendo dúvidas do que se estava a fazer, concordava assim com a sua inclusão. O mesmo não se passava naquela situação, igualmente muito importante, mas com um trato diferente. Voltou a afirmar que a inclusão daquele ponto podia e devia ter sido votada no início da reunião, caso tivesse maioria qualificada devia ir a discussão. -----

----- Sugeriu que as reuniões voltassem ao regime presencial, alegando que o MiraCenter tinha condições para estarem de costas e minimizarem assim os riscos. Podiam diminuir o número de técnicos e elementos da bancada se

achassem necessário, mas que naquelas condições em que estaria a decorrer aquela reunião, sem olhar nos rostos das pessoas e sem tempos certos para as intervenções não gostava de estar.-----

----- Interveio o Sr. **João Pedro Almeida**, após cumprimentar todos os presentes, abordou a temática da reflorestação, questionou se estava previsto a reflorestação das zonas afetadas pelos incêndios de dois mil e cinco e dois mil e dezassete, quais as áreas a intervencionar, e quais as atividades implementadas pelo ICNF e se existiria algum plano de intervenção delineado de forma a mitigar o efeito dos incêndios, visto que já tinha passado muito tempo.-----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, cumprimentou todos os presentes e deixou uma palavra especial para os cidadãos da sua freguesia. Voltou à questão que já tinha referido em outras assembleias sobre a falta de resposta a algumas questões relacionadas com a sua freguesia, nomeadamente com a Videira do Sul e a sua floresta. Tinham enviado por correio um abaixo assinado no dia onze de agosto, da população da Videira com um pedido de reunião para a primeira quinzena de setembro, que até aquele dia continuava sem resposta.

----- Considerava uma total falta de respeito para com todos aqueles cidadãos que tinham subscrito aquele documento. Outro assunto que também estava sem resposta, era o do valor recebido pela Câmara Municipal de Mira pela venda das árvores abatidas naquele território. Achou importante clarificar que as juntas de freguesia não recebiam qualquer valor por aquelas vendas, sendo uma percentagem de sessenta por cento recebida pela Câmara e de quarenta por cento para o ICNF. Afirmou que segundo informações fornecidas, a Câmara já tinha recebido alguns milhões de euros pela venda de árvores, verba aquela extremamente elevada, mesmo sem saber a real quantia, e que nunca nenhum Presidente da Câmara de Mira a tinha recebido. Voltou a solicitar aquelas informações detalhadas e propôs à Câmara Municipal, que assumisse a transferência de quinze por cento daquelas verbas em proporção da

proveniência territorial daquelas madeiras, para cada junta de freguesia, para que fossem aplicadas, aquelas mesmas verbas diretamente em matérias de florestas e em cada território. Questionou se considerava aquela proposta justa e se considerava ainda a assumir. -----

----- Destacou os problemas existentes em algumas estradas, colocando assim em risco a segurança dos cidadãos, nomeadamente buracos no asfalto, excesso de velocidade e falta de espaço para os cidadãos caminharem. Deu como exemplo a estrada da Videira, a estrada do canal junto à obra do Frei Gil e a estrada da Barra. Afirmou ter alertado o Município e aquelas questões continuavam por resolver. -----

----- Outra das suas preocupações era a gestão da água. Existiam duas questões fundamentais que deviam ser esclarecidas sendo a primeira, a afirmação do Sr. Presidente aquando da criação da empresa BMG de que o Município de Mira sozinho não conseguia obter financiamento para realizar as obras necessárias, contudo sabia-se que aquela afirmação não seria totalmente correta pois o próprio Sr. Ministro do Ambiente teria referido que nenhum concelho poderia ficar sem recorrer a apoios para áreas tão importantes. Deu como exemplo o concelho de Condeixa que continuou a gerir a sua água e a apresentar obras estruturantes que seriam apoiadas naquelas áreas. Concluindo assim que os municípios poderiam apresentar algumas candidaturas, havendo então outros caminhos disponíveis. -----

----- Outra questão seria a de que o Sr. Presidente teria indicado algumas pessoas para trabalharem na ABMG, questionava se teria existido algum concurso para a contratação dessas mesmas pessoas. Questionou ainda quem faria os trabalhos nas condutas de água em caso de avaria, e no caso de necessidade de esburacar os asfaltos a quem recaía a responsabilidade de o consertar. Mais estranhou o facto de o Município anunciar estar a fazer obras de remodelação nas redes de abastecimento de água. Solicitou o esclarecimento de todas aquelas questões, afirmando que aquela intervenção seria enquanto

Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Continuou a intervenção enquanto elemento da bancada do PS, afirmou ter sido construída uma sepultura no cemitério de Mira sem que aquela cumprisse as regras e normas municipais, sendo que as vendas das sepulturas perpétuas naquele cemitério estavam proibidas. Como se explicava a construção de uma sepultura nova, única, num talhão onde mais nenhuma existiria e onde a sua construção não era permitida. Mencionou que o mais grave era o facto de ser a sepultura da mãe do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que pesquisou aquele assunto, constatou que no edital nº64/2020 datado de 22 de setembro, o Sr. Presidente publicou que no período compreendido entre 26 de outubro e 2 de novembro de 2020 ficaria suspensa a emissão de licenças para a realização de obra de construção, reconstrução, bonificação ou beneficiação de jazigos ou sepulturas no cemitério de Mira. No dia 2 de novembro, ao ter conhecimento daquela situação, o Partido Socialista terá emitido um comunicado a questionar estas práticas. No dia 5 de novembro foi publicado no Diário de Coimbra uma peça jornalística onde o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mira declarou que o primeiro requerimento que entrou nos serviços a 23 de outubro, sendo o requerente o cunhado do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi deferido. Questionou a data do deferimento daquele pedido, qual o conteúdo do seu deferimento, se teria existido compra, que taxas teriam sido pagas e quais os munícipes notificados e de que forma. Questionou ainda se o deferimento terá ocorrido no próprio dia 23 de outubro ou no fim de semana e se o Vereador Nelson Maltez teria mentido ao jornal e a todos os Mirenses. Alegou que era uma situação grave, cheia de ilegalidades e demonstrava favorecimento.

----- Questionou ainda, quem teria acompanhado aquela construção, quem terá sido o técnico responsável. Afirmou que na Reunião de Câmara de 24 de novembro foi apresentado um despacho do Sr. Nelson Maltez datado de 23 de outubro, a mesma data do requerimento apresentado pelo cunhado do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, onde referiu que os destinatários eram os

serviços municipais e a população em geral e que tal devia ser publicitado. -----

----- Questionou onde estava publicitado o referido despacho e quem tinha tido conhecimento do mesmo. Questionou ainda como o requerente teria tomado conhecimento daquele despacho, afirmando que com a sequência de acontecimentos tinham ficado com a sensação da existência de privilégio, favorecimento e que o despacho poderá ter sido elaborado em data posterior ao que tinha datado. Voltou a questionar que alvará tinha sido emitido, quando e qual o valor das taxas pagas, duvidando se as mesmas teriam sido pagas.-----

----- **Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador Néilson Maltez visto naquele assunto ele tinha sido o visado. -----

----- Interveio o **Vereador Nelson Maltez** afirmou que não tinha sido vendida nenhuma sepultura, pois tal estava proibido, referindo que a única alteração que tinha havida era a autorização de embelezamento das campas. Referiu que no passado dia 28 de agosto tinha havido autorização por parte da CCDR para a ampliação do cemitério, face àquele parecer entendeu-se que no futuro aquelas sepulturas pudessem vir a ser adquiridas, logo não seria correto estar a solicitar às pessoas que fizessem o embelezamento mínimo quando se sabia que a curto médio prazo se iria alargar o cemitério e assim possibilitar atender aos pedidos já feitos por várias pessoas. Naquele caso em particular tratava-se de um embelezamento de uma sepultura, sem venda, apenas com uma alteração ao procedimento sabendo que os proprietários que aquela licença não lhes concederia o direito à sepultura e se necessário teriam que retirar as pedras.----

----- Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Câmara** respondendo ao deputado André Monteiro, começou por referir que também era um defensor das Assembleias presenciais, achava que era um plenário onde era indispensável o

calor humano, mas com a questão da pandemia tal não era possível, mas talvez numa próxima Assembleia. -----

----- Quanto à inscrição do público naquele modelo de Assembleia e segundo a legislação, havia a possibilidade de as pessoas gravarem previamente as suas intervenções. A intervenção do público feita naquela assembleia, não tinha sido a mais correta, os serviços da câmara deviam-na ter gravado previamente. -----

----- Afirmou que ia fazer chegar o plano de asfaltamento, que já tinha sido enviado aos senhores vereadores do PS e que também ia ser enviado ao MAR.

----- As marcações de algumas estradas estavam previstas, nomeadamente em Portomar, no Largo da Feira, em muitos locais não ficaria bem definida a estrada.

----- Em relação à educação, a questão dos horários era uma competência do Agrupamento de Escolas e já tinha sido colocada aquela questão ao mesmo, para que se fizesse aquele desfasamento em algumas modalidades. -----

----- Em relação ao espaço do Lago Real, era um espaço que todos deveriam fiscalizar, chamou a atenção diversas vezes, de forma intensa ao ICNF o que era certo era que continuavam a depositar lá os materiais. -----

----- Respondendo ao Sr. João Pedro e ao Sr. Presidente da Junta da Praia, afirmou não saber quanto teria sido atribuído a cada Junta de Freguesia pelo valor da lenha, mas sabia que as juntas poderiam dar um contributo e estabelecer uma parceria para que as juntas participassem naquele projeto de reflorestação que seriam cerca de três mil hectares, que se estavam a preparar juntamente com o ICNF e as juntas de freguesia também deveriam participar ativamente na reflorestação . Os quinze por cento sugeridos poderiam ali ser aplicados, seria uma questão de haver uma reunião conjunta para o decidir. ----

----- Admitiu terem falhado, por ainda não terem falado com as pessoas da Videira Sul, já tinham pensado e agendado uma data para a reunião, mas queriam reunir presencialmente e apresentar propostas aquelas pessoas, nomeadamente, um Plano Pormenor para aquele local, queriam levar propostas mais concretas e foi uma falha não o terem comunicado aquela população. Na

questão a segurança rodoviária com os cidadãos afirmou que a estrada da Videira estava prevista em Orçamento para ser lançado o concurso público assim como na estrada da Barra, estava prevista a pintura e a construção de lombas, assim como outras melhorias de algumas estradas que também pretendiam fazer. -----

----- Quanto à gestão da água, afirmou que em Assembleia Municipal extraordinária ou ordinária, gostaria de discutir aquele assunto, até porque existiam muitas “fake News” sobre quem teria feito o furo e que os trabalhadores da Câmara era quem estariam a fazer as fugas, e aquelas coisas tinham que ser discutidas com seriedade. -----

----- Quanto à matéria que seria de discussão tinha obrigatoriamente que ir a Reunião de Câmara, salientou que formalmente aquele assunto não tinha nenhuma validade para discussão sem ter ido primeiramente a Reunião de Câmara, tal como tinha acontecido quando foi para agregar a empresa, tinha sido feito esse percurso de primeiramente ser discutido em Reunião de Câmara e então depois apresentada e votada em Assembleia Municipal. Afirmou ter todo o gosto em discutir o assunto da água, nomeadamente a questão que o Sr. Presidente da Junta da Praia falou sobre o Sr. Ministro ter dito que os municípios sozinhos podiam ir aos Fundos Comunitários, afirmando que aquela questão tinha uma parte de verdade, mas não era totalmente verdade sendo que o Sr. Ministro afirmou que os Municípios podiam concorrer aos apoios em casos especiais e em determinadas condições, palavras estas proferidas pelo Sr. Ministro no final de outubro. Convidou a ler as declarações do Sr. Ministro do Ambiente Sr. Matos Fernandes em Vila Nova de Poiares a 10 novembro de 2020 em que referiu que o Governo reiterava e privilegiava os investimentos nas redes de água e saneamento com financiamento da União Europeia, quando aqueles eram realizados por grupos de concelhos associados. Tinha dito inclusivamente à Agência Lusa que a agregação dos Municípios de água não era um capricho dele, era o caminho. -----

----- Referiu que quem tinha levado o município para aquele caminho tinha sido o Sr. Ministro e o Governo, mas ele achava que era o melhor caminho. Convidou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, uma vez que tinha dado o exemplo de Condeixa, a ir consultar o tarifário de Condeixa e ver qual era o tarifário mais alto do distrito de Coimbra. Referiu as declarações do Sr. Ministro que congratulou os cinquenta e cinco municípios que se agregaram para formarem as empresas gestoras de água, questionando se aqueles cinquenta e cinco presidentes de Câmara seriam todos malucos, porque se teriam lembrado de formar as empresas intermunicipais. Por todas aquelas razões se mostrou disponível para discutir todas as questões sobre “a água”. Quanto à questão dos contratos dos funcionários para a ABMG, referiu que os mesmos foram contratados de acordo com a Lei 50/2012, lei das empresas locais lei que abrangia a contratação de pessoal para as empresas intermunicipais, de forma clara e transparente e afirmou que o movimento já tinha tido acesso a todos os documentos sobre aquela matéria, mas se necessário podia voltar a consultá-los. Em relação às fugas e outras reparações, referiu que a empresa intermunicipal contratou outras empresas que faziam as reparações de fugas, mas também tinha ido aquela Assembleia Municipal um protocolo de transição.

----- No dia 5 de dezembro de 2019, a ERSAR tinha emitido um parecer a dizer que pela dificuldade de transição havia um período em que os Municípios podiam fazer esses trabalhos juntamente com a empresa pois, seria impossível de um dia para o outro passar todos os serviços e funcionários para a empresa, havia todo um caminho a fazer. Deu como exemplo a Rua do Cruzeiro em que a Câmara tinha intenção de alcatroar a estrada, mas naquela zona havia uma conduta de fibrocimento que tinha que ser substituída antes daquele alcatroamento. Aquando da formação da empresa, aquelas condutas passariam para a sua responsabilidade, no entanto naquele caso a Câmara iria substituir a conduta e apresentar a conta à empresa intermunicipal sendo aquela contratação denominada de contratação pública vertical. Era uma solução de

interesse de todos, principalmente dos munícipes que ficavam a ganhar. -----

----- Continuou a afirmar que tinha sido o melhor caminho, a melhor solução, reflexo disso era a evolução que se verificava nos últimos nove meses em termos de água, de investimento e de equipa técnica, não desfazendo da equipa técnica da Câmara, mas era uma equipa técnica apoiada no saber científico, estavam assim a caminhar em passos largos para a melhoria. -----

----- Tinham aprovados só em Mira, cerca de cinco ou seis milhões de euros em investimentos, tinham uma estação de tratamento de água aprovada, tinham o saneamento aprovado, tinham uma candidatura aprovada no âmbito da empresa intermunicipal para perdas de água, para substituição de condutas de fibrocimento em alguns locais, daí, afirmar, não ter medo de ir à discussão. -----

----- Sugeriu ainda que também apresentassem outras soluções sustentáveis ambientalmente e em termos de tarifários. -----

----- Interveio o Sr. **André Gomes** que cumprimentou todos os presentes. -----

----- Relembrou que fazia naquela altura um ano que tinha questionado o Sr. Presidente de Câmara pelo facto de o Município de Mira ser um dos poucos Municípios do distrito de Coimbra que não tinham sido distinguidos pelo observatório de Autarquias Familiarmente responsáveis. Naquela altura apenas cinco dos distritos de Coimbra não tinham recebido aquela distinção. Recordava que o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis aferia através de dados fornecidos pelos municípios, as várias medidas de apoio disponibilizadas pelas autarquias, nomeadamente, ao nível de apoios ao nascimento, pagamento de creches e jardins de Infância, comparticipação de consultas de apoio a oftalmologia e apoio à aquisição de óculos, bancos de medicamentos e comparticipação de medicamentos, oferta de vacinação fora do plano nacional de vacinação, cantinas sociais, cantinas escolares abertas durante o período de pausas letivas, transportes escolares gratuitos até ao 12º ano, entre outras. Relembrou que no ano anterior o Sr. Presidente de Câmara confirmou que o Município não tinha participado naquele inquérito do

Observatório, questionava assim o Sr. Presidente de Câmara se naquele ano o Município teria participado no referido inquérito e se sim porque era Mira um dos poucos Municípios do distrito de Coimbra a não ser distinguido com aquele galardão.-----

----- Continuou a sua intervenção, questionado quais os apoios que tinham sido atribuídos ao comércio local, quais as iniciativas que tinha tomado o município até aquele momento. Informou que após análise de dados verificou que Mira era o oitavo município, num total de trezentos e oito que tinha tido o maior volume de receita com a venda de bens duradouros, ficando apenas atrás de concelhos como Lisboa, Porto Oeiras ou Aveiro, questionando assim qual a origem daquela receita. Referiu ainda que Mira ocupava o vigésimo sexto lugar da lista de Municípios com a menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos. Segundo aquele anuário, Mira tinha em 2019 um montante de dívidas a terceiros de mais de dois milhões e setecentos mil euros e ocupava a décima sexta posição na lista de municípios com menor equilíbrio orçamental em 2019. -----

----- Afirmou que não seriam naqueles indicadores que gostaria de ver o Município de Mira no topo da lista. -----

----- Interveio a Sr^a. **Regina Serrano** que após cumprimentar todos os presentes se dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara para questionar sobre a construção de um ecocentro em Mira, se seria uma ideia para passar ao projeto e do projeto para a realidade, onde seria construído, quem o ficaria a gerir, a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou alguma empresa externa. A avançar com o projeto haveria pontos de recolha de lixo descentralizados ou seria tudo centralizado num só sitio e por último, quem iria fazer a gestão daqueles resíduos. -----

----- Relembrou que não existia no Município qualquer ponto de recolha para alguns materiais específicos, tais como, os restos das podas e limpezas de

terrenos. Afirmou verificar diariamente contentores a abarrotar e por vezes já no chão, resíduos deste tipo de materiais. -----

----- Advertiu ao Sr. Presidente que se deveria pensar cada vez mais no ambiente. -----

----- Interveio a Sr^a. **Zélia Morais**, cumprimentou todos e dirigiu a sua intervenção para a questão de o município andar a gastar dinheiro a alcatroar estradas em vez de aplicar esse dinheiro no Centro de Dia da Lentisqueira uma vez que aquele centro não tinha condições, os velhinhos estavam a monte sem condições. Referiu que já se tinha feito várias angariações de fundos e um orçamento participativo, sendo que até aquele momento nada tinha sido feito. --

----- Questionou ainda qual seria o critério utilizado para aqueles alcatroamentos e como teriam sido feitas as empreitadas ou ajustes. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** tomou a palavra respondendo às questões colocadas pelo deputado André Gomes. Afirmou que o Município tinha feito a candidatura às famílias sustentáveis e não tinha sido atribuído estando a aguardar os critérios. Tinha todo o gosto em lhe fazer chegar aqueles documentos. Em relação ao volume de vendas de terrenos, venda de lotes das zonas industriais e vendas de lenhas, era o que constavam nas vendas de bens duradouros. Continuou referindo que o facto de o Município estar em vigésima sexta posição nos pagamentos de amortizações de empréstimos, salientou que também gostaria de estar em primeiro, que significava que não teria empréstimos para pagar, e que no ano seguinte já não estariam nesse lugar pois, obrigatoriamente tinham que pagar prestações do empréstimo já contraído, mas naquele ano, como tinham pouca dívida à banca também tinham amortizado pouco. Esclareceu que o facto de haver maior desequilíbrio orçamental significava que seria um ano de muito investimento em capital, que gerava aquele desequilíbrio. Chamou a atenção para o anuário financeiro, que o deputado não tinha reparado que em 2018, em relação ao prazo médio de pagamentos que tinham reduzido substancialmente, assim como a dívida à

banca. Em relação aos pagamentos em atraso que naquele momento tinham zero pagamentos em atraso, portanto analisando os indicadores nos gráficos poderia verificar que estavam em boa linha. -----

----- Em relação ao Ecocentro agora designado por Centro Circular, estavam a fazê-lo junto ao armazém e já estava em fase de conclusão. Pensava trazer à Assembleia o regulamento de utilização, que teria que ter normas, dando como exemplo que os entulhos de uma obra não seriam aceites em grandes quantidades, não poderiam ser lá depositados, seriam mais apropriados para pequenos particulares que estivessem a fazer pequenas obras em sua casa, e que poderiam lá depositar pequenas quantidades desses materiais. -----

----- Afirmou que não tinha entendido muito bem a intervenção da deputada Zélia Morais, pois havia uma distinção entre os investimentos que as IPSS teriam de fazer e os apoios que a Câmara Municipal podia e devia dar a essas IPSS. ----

----- Os critérios que existiam para alcatroar as estradas era optar por aquelas que estivessem em muito mau estado e condições, o que seria muito difícil pois por vezes tinham mais que uma e tinham que fazer escolhas. Informou que todas as estradas intervencionadas foram através de um concurso público que a Câmara tinha aberto para a execução daquela pavimentação.-----

----- Interveio o Sr. **André Gomes** para lembrar que o Sr. Presidente não tinha respondido à questão das iniciativas para o comércio local.-----

----- Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Câmara** que referiu terem algumas iniciativas em conjunto, deu exemplo que em tempo de COVID-19 tiveram um plataforma de apoio, também em conjunto com a Associação Empresarial, em que iam apresentar um projeto de apoio à economia local onde a Câmara ia dar um apoio de três mil euros para incentivar o comércio local na época Natalícia. -

----- Frisou que naquela questão de apoio às empresas, era importante fazer um diagnóstico do que seriam as necessidades das empresas. Por exemplo, uma empresa com cento e quarenta funcionários e que naquele momento tinham problemas de exportações seria completamente diferente de um incentivo de

uma empresa de restauração. Teria de se fazer esse diagnóstico e no ano pós COVID-19 ter-se-ia de estudar muito bem o tipo de apoio que se poderia dar à economia local, e era importante ouvir os comerciantes e saber quais seriam as suas maiores dificuldades. -----

----- Interveio o Sr. **Inocêncio**, que após cumprimentar todos, voltou ao assunto com a Pandemia do COVID-19, que na primeira vaga, o Município de Mira passou um pouquinho ao lado, e naquela segunda vaga o Concelho não tinha sido poupado. Uma vez que o Município tinha acompanhado no terreno aquela situação, solicitava ao Sr. Presidente que desse uma panorâmica global sobre o que se estaria a passar em relação à evolução daquele problema, quais as medidas pensadas para o apoio a toda atividade económica do Concelho de Mira, e corretamente a articulação com as outras entidades da proteção civil, se tinham incidido em alguns pontos tais como as IPSS, escolas e população em geral. Questionou ainda, o projeto de obras no Centro de Saúde de Mira, se teria havido algum avanço naquela área e qual a previsão de início daquelas obras. -

----- Interveio o Sr. **Carlos Veríssimo** que começou a intervenção por falar no Agrupamento de Escolas de Mira mais concretamente a Secundária. Em tempos de pandemia que tinha assustado toda a gente em especial os professores e funcionários daquela escola, qual seria a precaução da Câmara de Mira em relação ao funcionamento daquela escola no decorrer do ano letivo, com todos os casos de COVID-19 que tinham existido, e algumas turmas que teriam ficado em confinamento. Se tinham a noção se a escola tinha os funcionários e professores suficientes. Alertou ainda para a qualidade do edifício da Escola Secundária que deixava muito a desejar em termos de conforto, ainda mais que tinham de arejar as salas agora de inverno, o que tornaria o ambiente bastante desconfortável quer para professores quer para os alunos, havendo humidade por todo o lado. Gostaria ainda de saber se as obras naquela escola iriam mesmo avançar e quando, se seria ainda naquele ano letivo ou num ano pós COVID-----

----- Tomou a palavra a Sr^a **Telma Salvador** que após cumprimentar todos os

presentes referiu que tinha observado que no Centro Cultural da Praia de Mira tinham sido colocados alguns andaimes. Gostaria de saber se iria haver alguma intervenção naquele edifício, a que nível iria ser essa intervenção e quem seria o autor da mesma. -----

----- Interveio a Sr^a **Clara Clemente**, cumprimentou todos os presentes prossequindo com umas questões para o Sr. Presidente da Câmara relativamente à localidade da Barra que se prendia com a segurança rodoviária.

----- Questão aquela já colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, mas voltava a deixar aquela reflexão. Quanto à ponte de acesso à Praia do Poço da Cruz que estava em muito mau estado de conservação, questionava se estava prevista alguma intervenção para aquela ponte. -----

----- Questionou ainda pelo ponto de situação do parque de estacionamento do Poço da Cruz e por último, se estava previsto algum arranjo na estrada do canal, assim como a limpeza das canas que estavam constantemente a crescer para a via e seria necessário acabar com aquela questão de uma vez por todas. -----

----- Interveio o Sr. **Luís Alcaide** que começou por cumprimentar todos e congratular a mesa da Assembleia pela organização da mesma através da via digital, sabendo o quão difícil que era, dando assim um excelente exemplo enquanto atravessariam aquele momento diferente. Prosseguiu questionando o Sr. Presidente da Câmara pelo ponto de situação do canil municipal, das obras do Estádio Municipal que tinham estado paradas, se tinha havido algum problema, em que estado estavam aquelas obras, qual o valor daquela obra no seu todo, que teria ficado por esclarecer e por fim, quando estaria previsto o início das obras na rotunda do Matadouro.-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia** que atendendo a um pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal que pretendia criar naquela Assembleia Municipal um grupo de trabalho de acompanhamento para a construção da ETAR, tendo o PSD apresentado um nome, sugeria assim aos líderes das

bancadas para que eles também apresentam um nome para ingressar no grupo de acompanhamento das obras daquele projeto.-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por responder que em relação ao COVID-19 obviamente que estavam em estado de emergência e gostaria de deixar uma palavra para todos os profissionais, bombeiros, juntas de freguesia e todos os envolvidos naquele combate. Eram momentos muito difíceis, da primeira vaga para a segunda tinham sido números completamente diferentes assim como no resto do mundo. Referiu que em termos da atuação municipal tinham estado a articular com todas as entidades através da Comissão de Proteção Civil. Estavam a pensar abrir a piscina quando descessem do nível elevado para moderado achavam que seria o momento ideal para o fazer. -----

----- Referiu que a articulação com as outras entidades tinha sido extraordinária, tinha havido momentos de mais tensão com as IPSS porque sempre que havia um problema com algum utente de uma IPSS, para aquele executivo eram momentos de alguma tensão porque podia a partir de ali haver um foco e um grave problema. Estavam sempre atentos aquela articulação e dariam todo o contributo com os equipamentos de proteção individual para todas aquelas instituições. Em relação ao Centro de Saúde já tinham mandado executar o projeto, assim como com a Escola Secundaria de Mira para que quando necessário fazer as intervenções já estivessem em condições e não falharem o financiamento por não haver aqueles projetos. A responsabilidade de executar aqueles projetos era do Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, mas a Câmara decidiu avançar entendendo que era uma carta forte para no momento certo afirmar que teriam condições de avançar. Em relação às escolas era sempre um problema porque havia sempre turmas que tinham de encerrar por ordem da Delegada de Saúde, mas que de uma forma geral tinha corrido bem, dentro do período que se vivia com o COVID-19. Relativamente aos funcionários suficientes, a Câmara tinha tentado colmatar, quer nos centros de saúde quer nas escolas, tinham de ter uma bolsa de recrutamento para a falta de alguma

funcionária que tivesse que ficar em confinamento, pois a escola não podia fechar. -----

----- Deixou uma palavra ao Agrupamento e a toda a divisão da Educação, assim como à Sr. Vereadora da Educação também pelo papel que desempenhava na educação e pelo papel que desempenhava na matéria do COVID-19 que tinha dado um grande contributo e uma grande ajuda. -----

----- Prosseguiu a sua intervenção dizendo que a obra do Centro Cultural da Praia de Mira era uma obra do Município, tinha começado na pior altura, a altura da chuva. A intervenção passava pela pintura e pelo isolamento de toda aquela área que estava mais afetada e danificada. Em relação à Barra e à ponte já tinha falado da segurança rodoviária, em relação às obras da ponte afirmou que também já estava adjudicada para iniciar. Quanto à requalificação dos parques de estacionamento estavam a aguardar o visto do tribunal de contas para poder iniciar a obra. Quanto à estrada do canal esperavam intervir rapidamente e arranjar a estrada que também se encontra bastante danificada. -----

----- Respondendo ao Sr. Luís Alcaide afirmou que as obras do canil já tinham começado, muitas das peças estavam a ser executadas fora para depois serem colocadas no sítio. No Estádio Municipal estava terminada a primeira fase sendo que a segunda ia iniciar em janeiro. A obra teria um valor de quatrocentos mil euros para a bancada e os balneários. Quanto à rotunda do Matadouro estava adjudicada a obra e pronta a iniciar, mas o empreiteiro só podia iniciá-la em inícios de fevereiro. Estava a tratar do plano de segurança rodoviária que sendo uma estrada nacional e naquele sítio tão perigoso, tinha que ter obrigatoriamente um plano de segurança rodoviária bastante rigoroso. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia** que voltou apelar ao partido do Mar e ao Partido Socialista para indicarem um nome para o projeto de acompanhamento da ETAR.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** referindo que o nome indicado pelo PSD seria o Sr. Artur Fresco, Presidente da Junta de Mira.-----

----- Interveio a Sr. **Vera Manco** que anunciando que o PS teria nomeado o Sr. Francisco Reigota para ingressar no grupo de acompanhamento ao projeto da ETAR.-----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** anunciando que seria o próprio a ingressar no grupo de acompanhamento ao projeto da ETAR.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA(Art.º 53º do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro) :** -----

----- **Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que informou a inclusão de dois pontos no período da Ordem do Dia, sendo eles o ponto onze referente à alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a aprovação final e o ponto doze referente à indicação de membro para a CPCJ para substituição de membro que termina o mandato.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais** -----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro**, referiu que estavam em meados de dezembro e o relatório estava apenas até 31 de outubro, não sabendo se os serviços não tinham tido tempo para elaborar o restante. Referiu que na página dezanove verificava que a variação no período homologado era uma variação a mais de 80%, que tinham seis milhões de compromissos por pagar, embora o executivo referisse que o orçamento era muito maior. Era de notar que a percentagem também era muito maior, tanto em termos relativos como absolutos tudo o que estava por pagar estava maior. Na página vinte e quatro verificava que o IMT tinha descido bastante, sendo aquele o primeiro sinal da crise, mas no orçamento estava empolado para cima, questionava assim porque se esperava que no ano seguinte ele subisse. Não percebia que estivessem a estimar que fosse aumentar se na realidade ele teria descido. -----

----- Interveio o Sr. **Francisco Reigota** chamando a atenção para a falta de respostas dadas para as questões que os deputados tinham colocado nomeadamente os da bancada do PS, que não tinham obtido respostas, alegando que naquele formato de reunião mais difícil era de se poder falar, porque lhes era desligado o som e não davam permissão de falar. Afirmou que era uma perda de tempo e uma falta de respeito pelo estudo de cada matéria, recebendo respostas abstratas para ver se o tempo passava e se acabava. Deu os parabéns às intervenções da bancada do PSD, que nunca tinham intervindo tanto, afirmou que era assim que gostava de ver uma assembleia, viva e participada. Referiu ainda que ia colocar na Câmara uma série de requerimentos a solicitar as questões que tinham ficado por responder. -----

---- Relativamente ao relatório, afirmou que na última Assembleia já tinha questionado sobre um processo que a Câmara tinha comunicado ao Ministério Público sobre um contador de água numa moradia de alguém ligado a um presidente de junta, questionou se essa situação estava em processos judiciais e continuava a não ter resposta. Verificava que aparecia o processo do Sr. José Madeira por falsificação de documentos, mas da outra situação não havia nenhuma referência. Solicitou informações sobre um processo de obras da Sr. Maria Madalena Requicha, que não conseguiu vislumbrar que processo seria aquele. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes** que esclareceu que tinha sido referido que o PSD não colocava questões nas Assembleias, estando admirado o Sr. Deputado e Presidente de Junta da Praia de Mira. Afirmou que o PSD e a sua bancada não deixariam de colocar as perguntas que entenderiam serem convenientes de serem feitas, ainda que para algumas pessoas pudessem ser incómodas. -----

----- Referiu ainda que não gastavam tempo com ninharias como se teria assistido naquela reunião, que colocavam sempre as suas questões, mas sem grandes longas. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que pensava ter respondido

a todas as questões e as que tinham ficado por responder podiam, dando como exemplo o Deputado André Gomes ao não obter resposta por parte do Sr. Presidente, voltar a questionar. Obviamente que as respostas podiam não agradar a quem as colocaria, mas isso era diferente de não obter resposta. -----

----- Relativamente ao relatório referiu que para que se cumprissem os prazos tiveram de enviar o relatório no dia 27 de novembro, logo não poderia refletir os resultados de 30 de novembro, daí só estarem refletidos os resultados de 30 de outubro. Em relação às questões dos compromissos por pagar, era uma questão pertinente e bem feita mas também foi o ano em que tiveram que lançar, mais obras de fundos comunitários e obras financiadas nomeadamente a obra dos parques de estacionamento, a obra da Zona Industrial Polo I, a rotunda do Matadouro que era financiada a 75% pelas Infraestruturas de Portugal, era uma fase de execução de fundos comunitários em que era necessário assinar os contratos e assim assumir os compromissos, mas que estavam sustentados em apoios comunitários e fundos financeiros. Em relação ao IMT poder-se-ia dizer que seria pelo COVID-19, sendo que tinha havido uma diminuição na receita do Município de cerca de 220 mil euros em relação ao período homologado em termos de impostos, sendo que no IMT, seria o imposto onde se refletia mais essa situação. Afirmou que a estimativa feita para o orçamento era feita a vinte e quatro meses, o que apanhava os últimos meses do ano de 2018, o ano de 2019 e parte de 2020, daí a variação ser aquela e ser feito o cálculo com as regras de elaboração para o orçamento. Em relação à história dos contadores da água referiu que aquele processo não tinha sido enviado pela advogada do Município, mas sim pela Divisão Administrativa e Financeira, não constando assim no relatório contencioso, estava nos serviços da Divisão Administrativa e Financeira. O processo da Srª Maria Madalena estava tramitado em obra pois a Senhora entendia que a construção de uma moradia na Praia de Mira junto à Av. Da Barrinha não teria cumprido com as regras do Plano de Urbanização da Praia de Mira, era, portanto, um processo que estava em discussão em tribunal,

entendendo os serviços e aquele executivo que tinham sido cumpridas todas as regras de construção nomeadamente o PU e afastamentos. -----

-----VOTAÇÃO-----

----- Tomado conhecimento. -----

---- **PONTO DOIS – Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2021, nos termos no disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25.º, conjugados com a alínea c) do nº 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que realçou que apesar do tempo incerto que se vivia com o COVID-19 não queriam deixar de seguir o seu caminho e o seu percurso de executar aquilo que tinham que executar, pensando ele que seria uma forma de dar o seu contributo para a economia daquele concelho.-----

----- Referiu que o orçamento era de dezanove milhões de euros, em 2016 a despesa corrente ocupava cerca de 77% do orçamento e em 2021 ocupava 57%, havia portanto uma diminuição da despesa corrente com fatores e com algumas medidas tomadas e outras que ainda planeavam tomar, nomeadamente com a alteração em relação ao fornecedor de eletricidade, a iluminação LED ali prevista para a eficiência energética da piscina, que já tinham um projeto de candidatura aprovada para essa eficiência energética, e tudo aquilo eram matérias de faziam descer a despesa pública. Tinham também, em relação à água que todos os anos dava um prejuízo de cerca de oitocentos mil euros e que passavam a não ter, sendo aquele o primeiro orçamento onde não constavam aqueles avultados prejuízos. Solicitou para que olhassem para as páginas 39, 40 e 41, onde constavam os quadros e os mapas, de que muito se orgulhava, com as candidaturas aprovadas e os seus valores, cerca de 6.6 milhões de euros de candidaturas. Acreditava desde o primeiro dia que estava na Câmara, que aquela era a forma mais importante de alavancar obras e projetos para o seu

concelho. A equipa técnica fazia um grande esforço de fazer aqueles projetos e aprovar aquelas candidaturas para permitir que daquela forma crescessem e tivessem orçamento. Com aqueles 6,6 milhões de euros iam ter uma série de obras importantes para o todo o concelho. Salientou que todas aquelas obras estavam num plano de ação estratégico aprovado em 2015, apenas com um voto contra, apenas a uma distância de 5 anos estavam a ser executadas de acordo com os fundos comunitários. Afirmou que tinham ainda alguns projetos na área do Fundo Ambiental, tinham um projeto do Fundo Ambiental que tinha tido a melhor pontuação no combate às invasoras, projeto que também muito os orgulhava. Passando ao orçamento em si, passando ao PPI, algumas obras já tinham sido faladas, mas que voltariam a ser invocadas durante o ano 2021, nomeadamente a ponte da Barra, a estrada da Videira, as pinturas na Barra, o centro do Seixo, passeios em Carromeu, o canil, a remodelação do Estádio Municipal, o Eurovelo, que já estava para o tribunal de contas, já tinha sido adjudicado pela CIM e que era um projeto muito importante ligado ao turismo. Os parques infantis e parques de fitness, os parques das Varandas de S, Bento, a rotunda do Matadouro em termos de segurança rodoviária, o centro da Presa que também levaria algumas melhorias, eram também algumas das obras que estavam ali elencadas. -----

----- Passando para as questões da educação, admitiu que estavam a dar todo os apoios às escolas, em termos de pessoal, na cedência de utilização de equipamentos municipais. Tinham um projeto muito interessante em parceria com a CIM que era o combate ao abandono e ao insucesso escolar, tinham uma terapeuta da fala e uma psicóloga afeta ao Agrupamento de Escolas financiadas por aquele projeto, o que era muito importante para muitas famílias que não tinham possibilidades de ter acesso aquelas terapias, era um projeto na área da educação que muito os orgulhava. -----

----- Em relação à saúde, assumir as competências na área da saúde significava que em termos de pandemia era uma forma de dizer que estavam presentes e

podiam ajudar. Muitas das extensões de saúde estavam a ser asseguradas pelos funcionários do município, permitindo estar assim abertas, e também pelo facto de já estarem a fazer o projeto de execução de obras do Centro de Saúde. -----

----- Esclareceu que ao assumir a competência da saúde não tinha ficado com a competência de fazer a obra, pois essa parte não tinha sido transferida, continuava no Estado Central, mas ter-se-iam substituído ao Estado Central no pagamento dos 15% e no pagamento do projeto e da sua realização. Já tinham adjudicado o projeto, já estavam a trabalhar nisso e se fosse mapeado como prioridade de investimento assumiriam os 15% desse investimento pois, entendiam que a saúde era uma área que bem precisava de ser intervencionada.

----- Em relação à Ação social disse que o documento que ia naquele dia a Assembleia, a Estratégia Local de Habitação, era de maior importância para a ação social, tinha sido um programa lançado pelo atual governo ao qual se iriam candidatar, que depois de aprovado podiam ir ao primeiro direito, podendo assim ajudar trinta e nove famílias carenciadas a fazer candidaturas ao apoio a financiamento para obras em habitações degradadas. Referiu que os Srs. Presidentes de Junta tinham contribuído com a identificação dos locais e das obras necessárias naquelas casas. De igual importância também na área da ação social era a atribuição dos lotes a custos controlados para a Videira. -----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro**, começou por referir que o orçamento tinha aumentado um bocadinho e estava com algumas dúvidas em relação a algumas rubricas. Verificou que na página trinta dizia que o município não suportaria qualquer despesa com a AMBG o que era de estranhar porque algumas páginas mais à frente estavam declaradas algumas despesas com águas e saneamento no valor de 124 mil euros em saneamento e 30 mil euros em águas, questionava, portanto, se realmente estavam a gastar ou não. Referiu que de todas as sugestões feitas pelo Mar apenas lá constavam as de recuperar as casas florestais. Salientou o facto de haver 122 rubricas em outros, referindo que o executivo saberia exatamente o que iria gastar o que achava estranho,

assumindo que algumas seriam para colmatar algumas necessidades urgentes, mas outras não. Era o orçamento dos outros, sendo um total de 2.557.000 € de outros separadas por outras categorias sendo a vencedora a de serviços culturais, desporto e turismo com cerca de 800 mil euros de outros. Gostava que o orçamento fosse mais transparente, porque eram tantas rubricas de outros. --

----- Pensou que estas rubricas estariam desdobradas nos detalhes, mas, ao fazer a consulta verificou que os outros continuavam como outros. Referiu que era demasiado subjetivo para se realizar e ver o que seriam aqueles valores. ---

----- Interveio o Sr. **André Gomes** referindo que tinha lido com grande gosto a parte do turismo, verificando claramente que o município já estava a tirar algum proveito do novo vereador. Acreditava que aquele elenco de novas medidas, seria um desafio para o executivo executá-las, mas a serem executadas fariam certamente a diferença. Tinha dúvidas quanto ao facto de verificar que em todos os quadros havia na rubrica do turismo variações negativas bastante significativas, pedindo assim esclarecimento por exemplo na despesa de variação orgânica de 44.42% a menos que no ano anterior, nas atividades mais relevantes no turismo teriam menos de 56.78% e nas grandes opções do plano menos 33.72%, sempre na rubrica do turismo, se se devia a algum motivo em especial e se não comprometeria a execução do verificado no descritivo, que mais uma vez saudava porque lhe parecia bastante ambicioso da parte do município, e lá estaria para aplaudir se fosse executado. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes**, afirmou que desde 2016 que os orçamentos tinham sido rigorosos e ambiciosos e aquele não fugia à regra no rigor apresentado, embora não se quisesse pronunciar sobre os números deixando-os para os técnicos entendidos na matéria. Referiu que o orçamento tinha que ser mesmo ambicioso atendendo que no ano 2021 seria um ano de desafios, se a pandemia permitisse arrancar o Verão com serenidade, e, portanto, teriam de estar preparados. Enumerou alguns aspetos em que o orçamento foi apresentado e o objetivo que se pretendia atingir, havendo uma diminuição da

despesa corrente, havia candidaturas aprovadas e feitas em volume, a educação, saúde, o ecocentro, a reflorestação, a cultura em rede em que a sua associação teria sido parceria e que deseja que daí viessem bons frutos para o concelho, as obras na parte desportiva, a segurança rodoviária, e o Turismo, tal como referido o Sr. André Gomes, a mudança de Vereador tinha acrescentado mais, pretendendo-se dinamizar, assim que a pandemia o permitisse, a mostra gastronómica da Gândara, o Mar à Mesa, oficinas gastronómicas nos espaços de restauração durante os festejos do S. Tomé, realizar o festival da camarinha, um pormenor daquela região. Tudo aquilo mostrava que o executivo se tinha preparado com aquele orçamento pensando na possível retoma. Numa nota final, salientou que no mapa de pessoal em que apenas havia um aumento de 57 mil euros num valor inscrito de 4,5 milhões com despesas com pessoal o que seria pouco atendendo que aquele aumento se referia ao descongelamento de carreiras e a progressões. Terminava dizendo que o Sr. Presidente já os teria habituado aquele rigor e esperava que a ambição fosse bem-sucedida. -----

----- Inteveio o Sr. **Carlos Nora** que cumprimentou todos os presentes. Referiu que relativamente ao orçamento a previsão de receita de 2021 seria superior à de 2020, o que em tempo de crise pandémica lhe deixava algum ceticismo, embora soubesse que estariam a contar com dinheiros de fundos comunitários, achava que havia muito otimismo. -----

----- Questionou sobre a possibilidade de fixação de algumas empresas no Montalvo uma vez que estava previsto um investimento de 1.570.000 € e uma vez que só lá era conhecida uma única empresa, questionava se havia mais algumas interessadas em se fixar naquela ZI. Salientou o facto de na pagina 48 se verificar que havia uma previsão de desinvestimento na cultura cerca de menos 110740€ e um decréscimo na ação social, gostava de obter algumas explicações sobre aquelas matérias. Verificou que a revisão do PDM estaria em curso, já tinha chamado a atenção em outras assembleias e voltava aquele assunto sobre o alargamento habitacional da zona de Mira, ficaria bem na

estrada que liga Rua Gonçalo Tavares, no Areal, até ao antigo Matadouro. A ligação da travessa do Chão de Riba à Travessa das Quartas no Areal, muito ansiada pelos habitantes, faltava o empenho da Câmara ou da Junta para resolver aquele problema. Sobre o Parque Desportivo e de Lazer da Lagoa, referiu encontrar-se num estado lastimável e questionava se seria intenção daquele executivo fazer algum tipo de intervenção para resolver aquela situação.

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, esclarecendo que as despesas mencionadas para com a ABMG, tal como estava escrito no Orçamento eram despesas de regular funcionamento. Referiu que podia ser consultado no Base.

----- Com a adjudicação e assinatura do contrato do furo da Presa pela ABMG, assinado a 27 de abril de 2020, onde estava tudo explícito para quem quisesse consultar. Afirmou que o município pretendia fazer um furo no centro da vila, estava à procura do local, e já tinham o orçamento. Aquele furo serviria para fornecer o lago, a piscina e toda aquela zona. Quanto à questão dos outros, deu exemplo as senhas de presença dos senhores deputados estavam catalogadas na contabilidade como outros, assim como a aquisição de outros bens, daí essa classificação aparecer diversas vezes. Ao responder ao Sr. Deputado André Gomes, no descritivo do turismo tinham um grande desafio, tal como o Sr. Deputado tinha lido e identificado o contributo do sr. Luís Lavrador, afirmou que queriam fazer muito em relação aquela matéria. Muitas daquelas atividades previstas não teriam muita despesa associada, seriam iniciativas sem grande despesa. Quanto à variação negativa referida teria a ver com os investimentos no passadiço, no museu. no WI, investimentos esses já concluídos e já pagos que não iriam transitar para o ano anterior, daí haver aquela variação negativa.-

----- Respondendo ao deputado Carlos Nora referiu que a diminuição na cultura não correspondia à verdade, prova disso eram os três projetos muito importantes, a Cultura em Rede, apoiada por fundos comunitários para ajudar as associações culturais, para ajudar as entidades e artistas dessa matéria, uma delas o “Mar Que Nos Une” foi em parceria com a Figueira da Foz e Cantanhede,

outra com Góis e Mealhada relativamente aos Caretos da Lagoa. Em relação à revisão do PDM, já estava concluída a carta da REN, iam começar a discutir com cada junta de freguesia ponto por ponto a nível local. Dos lugares que o Sr. Carlos Nora referiu um deles já estaria referenciado, mas teria de haver pareceres da reserva agrícola para que aquela situação fosse resolvida. -----

----- Em relação ao Mapa de pessoal referido pelo Sr. Pedro Nunes, referiu que num valor de 4,5 milhões de euros para o pessoal teriam apenas um aumento de 57 mil euros quando tinham o SIADAP com as avaliações de desempenho, as atualizações de carreiras e um aumento do salário mínimo nacional, seria apenas uma pequena despesa de variação não aumentando muito o valor com essas despesas.-----

----- VOTAÇÃO -----

----- Submetido a votação o ponto dois aprovado por maioria, com oito votos contra do PS, um do MAR e os restantes a favor do PSD. -----

----- Interveio o Sr. **Paulo Grego** fazendo a declaração de voto, votando contra justificando que seria a última e derradeira oportunidade daquele executivo para o último ano do mandato, reafirmando o já dito ao longos dos tempos, se aquele plano de ação estratégia fosse a linha orientadora daquele governo, a taxa de execução do mesmo seria baixíssima e iria ser claramente penalizado nas próximas eleições autárquicas se o eleitorado percebesse aquele plano de ação estratégica, tal como eles tinham muita dificuldade em o entender, achava que também seria esse o reflexo da maioria dos eleitores do concelho. Além disso aquele não seria nem de perto nem de longe o seu orçamento caso fossem eles o governo, seria democrático que o PSD apresentasse o orçamento deles, mas seria votado contra pela bancada do PS.-----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** referindo que a bancada do MAR votou contra pela falta de estratégia do executivo. Não arrumar a casa nas coisas básicas como a água e o saneamento, limpeza, manutenção e atirar tudo o que mexia quanto a fundos europeus seria uma estratégia e uma linha limitadora.

Oferecerem sugestões muitas delas não acatadas, seria um bem para o município e não para aquele movimento, achava que seria um documento equilibrado, estariam a aumentar muito a despesa em obras desnecessárias, que embora uma parte fosse a fundo perdido tudo o resto teria que ser pago pelo Município. -----

----- PONTO TRÊS – Descentralização Administrativa – Lei Quadro de transferências para a Administração Local e Diplomas Setoriais – aceitação em matéria de saúde – não aceitação em matéria de Educação e Ação Social – Aprovação.-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que referiu como já tinha sido explicado havia a possibilidade de aceitar na saúde na educação e na ação social e pelo facto de já ser feito muito trabalho pelos funcionários municipais, achavam que poderiam dar aquele contributo para área da saúde, daí assinarem aquela competência, acreditava que podiam desempenhar um papel muito importante nesta área muito difícil.-----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** referindo que discordavam por estarem a aceitar uma coisa pela qual não sabiam quanto iam receber nem quanto iam gastar. Se a justificação do executivo era de já fazerem algumas coisas em termos da saúde, também já alguns anos que se faziam algumas coisas em termos da educação porque não aceitarem também o resto da Educação. -----

----- Achava que não haveria coerência nos pontos, e que os mesmos deveriam votados separadamente para ver se realmente teriam condições financeiras e humanas para aceitar cada uma delas. -----

----- Interveio o Sr. **Paulo Grego** dizendo que concordaria com o Sr. André Monteiro porque o seu sentido de voto não seria claro pois era a favor de uma das duas medidas, mas seria contra da outra medida. Não sabendo assim de que forma votar porque seriam claramente de acordo de aceitar a transferência da saúde, mas seria contra o facto de não aceitar. Seria possível mudar a formulação do ponto e não sendo possível o porquê de terem junto as duas

vontades sendo elas coisas distintas não permitindo assim expressar à vontade.

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes** dizendo que ao aceitar a matéria da saúde ficavam mais próxima da população, mais por dentro dos problemas sendo uma área muito importante para todos, visto terem uma população com alguma idade.

----- Questionou se a aquisição da unidade móvel de saúde era para avançar sendo esta uma mais valia em termos de aproximação com a população. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que não daria para separar os pontos pois já tinham ido à RC daquela forma e não seria possível alterar na Assembleia. Referiu que na Educação já assumiriam cerca de 70% das competências e não viam que na Escola Secundária haveria tanta necessidade de intervenção como na área da Saúde, neste momento até por causa da pandemia seria mais urgente fazer essas transferências de competências. O Delegado Regional de Saúde entendia e admitia aquela situação, que os funcionários municipais podiam assumir aquelas funções na saúde, o anterior tinha algumas dúvidas na execução daquelas materiais. Agora seria possível ver e analisar o envelope financeiro, o que iria levar bastante tempo-----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto três aprovado por maioria, com oito votos contra do PS, uma abstenção do MAR e restantes votos a favor do PSD. -----

---- **PONTO QUATRO – Relatório de Fiscalização semestral sobre a situação económica e financeira do Município – Tomada de Conhecimento.** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento. -----

----**PONTO CINCO– Nomeação da Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas – Aprovação Deliberação.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** esclarecendo que o ROC tinha que ser nomeado pela Assembleia Municipal. Era ele quem ia certificar todas as contas do município, as regras orçamentais e o cumprimento das regras legais de todas as contas por dois anos. -----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** afirmando a sua estranheza na nomeação e aprovação quando não existia mais nenhum dado do Revisor Oficial de Contas. Houve alguma lista primária com os preços e os currículos ou não saberia o que estava a aprovar, afirmou não se ter grande informação sobre o assunto. -----

---- Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, afirmou que a sua dúvida seria exatamente a mesma do colega André Monteiro e a do Partido Socialista. Gostavam de perceber quais seriam os critérios para a escolha daquela empresa, gostavam de perceber ainda se não havia aquele serviço no concelho de Mira, mais uma vez estariam a contratar fora, e poderia ser um dos critérios.-

----- Interveio Sr. **Presidente da Câmara** referindo que o critério da escolha é que já era aquele Revisor Oficial de Contas há muitos anos e seria o critério da experiência, não era fácil uma vez que a contabilidade autárquica era uma contabilidade muito específica e muito concreta. Concordava com aquele Revisor Oficial de Contas, era o de quase todas as câmaras Municipais e Entidades publicas porque tinha o carácter da experiência e uma equipa vasta que dava um apoio técnico grande, e o líder da equipa, professor universitário, todos os meses tinham a visita de pelo menos uma vez por mês para fazerem aquela revisão e dar-lhes nas orelhas, achavam se seriam os mais habilitados para o efeito na região de Coimbra.-----

----- VOTAÇÃO -----

----- Submetido a votação o ponto cinco aprovado por maioria, com oito abstenções do PS, uma abstenção do MAR e restantes votos a favor do PSD. -

----- **PONTO SEIS– Redução e Isenção de tarifas aos utilizadores domésticos dos Serviços de águas, águas residuais e resíduos urbanos, no contexto de medidas excepcionais de apoio à população no âmbito da COVID – 19 – Renovação 2021.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que havendo uma redução do tarifário ate 15m3, na última fatura 92% dos consumidores tiveram até 15m3 ou seja beneficiaram daquela ajuda, era um critério concreto para a ajuda das

famílias, pretendiam assim implementar até pela crise, pelos resultados económicos, o desemprego e auferiam-no de uma forma universal, transversal com todos os consumidores, não discriminando nenhuns.-----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** afirmando que seria muito justo e ajudaria as famílias, mas só achava que no critério em vez dos 15m³ deveria ser o volume per capita de agregados, deu o exemplo de não ser justo 1 pessoa estar a encher uma piscina e morarem cinco ou seis pessoas numa casa.-----

----- Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, relativamente aquele ponto não seria o Partido Socialista contra a redução daquele tarifário, pois tinham-no defendido desde o início, pois quando tinha sido apresentada a ideia da criação da empresa intermunicipal para a gestão de água o partido socialista votou contra mas apresentou a proposta de os tarifários não serem aplicados no imediato e haver uma fase gradual de aumentos. O que acontecia era que a empresa tinha começado a trabalhar no início do ano de 2020 e ainda não tinha trabalhado nenhuma vez com o tarifário aprovado pela Câmara Municipal de Mira e os outros dois municípios. Naquele caso concreto queria dizer que não lhe surpreendia que o município viesse mais uma vez dizer que iria assumir 50% da fatura até os tais 15m³. O que acontecia, e pegando na palavra do colega Carlos Nora numa outra assembleia, é que o Sr. Presidente ia tentar adiar a subida daqueles tarifários até ao próximo ato eleitoral autárquico. Se o ato eleitoral autárquico lhe corresse como estava previsto no final de 2021, quem viesse a seguir iria herdar um aumento considerável da fatura. Julgava que se por um lado as famílias não tivessem que suportar aqueles tarifários, por outro lado não era nada compreensivo que o município estivesse a pagar a ABMG. Afinal de contas estava ali, diretamente um financiamento do município a empresa, porque se a razão para a criação da empresa foi a questão económica que o município não teria condições económicas para fazer as obras como é que agora tinha tanto dinheiro para investir naquelas verbas. Questionava quanto já tinha pago o município desde fevereiro só no valor daquelas faturas. Afirmava que não devia

ser assim tão pouco visto que ao assumir aquela parte teria que a transferir para a ABMG. Por outro lado, numa das suas intervenções quando falou da ABMG tinha colocado questões sendo uma delas as pessoas que trabalhavam na ABMG tinham sido contratadas de que forma, se tinha existido algum concurso. O Sr. Presidente invocou a Lei 50/2012, perguntava assim ao Sr. Presidente as nove primeiras pessoas contratadas para aquela empresa, três seriam do nosso município, questionava, aquelas três pessoas como tinham sido contratadas e tinha havido ou não concurso público.-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** afirmando que tinha respondido e o Sr. Presidente da Junta da Praia disse que o Presidente não tinha respondido mas acabou por responder aquilo que tinha respondido, ou seja tinha respondido que teria sido por causa da Lei nº 50, o Senhor disse que não tinha respondido mas que respondi com a Lei nº 50. Indicou às pessoas que estivessem atentas no online, pois haveria alguns subscritores da petição que já teria enviado mensagem a dizer que estavam atentos aquela matéria e aquela questão. Respondendo ao Sr. André Monteiro afirmou que a questão do per capita seria uma questão difícil porque as pessoas teriam que ir dizer como era o agregado familiar, sendo que o que se tratava ali de dar ou não dar um apoio às famílias.-

----- Interveio o Sr. **Francisco Reigota** afirmando que deveria ter sido por lapso que o Sr. Presidente se teria esquecido de responder as duas perguntas que tinha feito sendo uma delas se teria havido concurso para aquelas nove pessoas, sim ou não e a segunda pergunta qual seria o valor que o Município tinha pago na água.-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia** chamando a atenção ao Sr. Francisco Reigota que um ponto não teria nada haver com o outro e gostaria que se focassem nos pontos que se estariam a discutir. -----

----- VOTAÇÃO -----

---- Submetido a votação o ponto seis aprovado por maioria, com oito abstenções do PS e restantes votos a favor do MAR e PSD. -----

----- **PONTO SETE– Estratégia Local de Habitação Mira - Aprovação.**-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que a estratégia local de habitação como já tinha tido oportunidade de referir seria um documento importante para apoio das famílias carenciadas com dificuldades em remodelar e requalificar as suas habitações. Seria uma boa medida que o Governo teria implementado pois permitiria ir ao primeiro Direito e apoiar a fazer as candidaturas de apoio às famílias com habitações degradadas. Teria sido feito em colaboração com as freguesias depois identificava os casos necessários e intervir através do programa primeiro direito fariam as intervenções nas habitações danificadas. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto sete aprovado por maioria, com 8 abstenções do PS e restantes votos a favor do MAR e PSD. -----

----- **PONTO OITO– Alteração ao plano de urbanização de Mira- Aprovação final.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** afirmando que se trataria de uma alteração ao plano de urbanização para retificação e alteração de algumas áreas. Já teriam todos os pareceres das entidades já teria estado em discussão pública e estaria ali para aprovação final e publicação em diário da república.-----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** referindo que aquela alteração era um pouquinho mais técnica mas para comunicação pública e para os editais deveria ter sido um pouquinho mais publicitada.-----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto oito aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO NOVE–6ª Alteração ao plano diretor Municipal de Mira – Aprovação final.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente** dizendo que aquela alteração era por causa de algumas áreas de RAN e por algumas incongruências e também teria sido feita a extração do PDM com discussão pública e os pareceres de algumas

identidades nomeadamente os pareceres da reserva agrícola para também estarem em condições de aprovar. Deixava uma palavra para os serviços, pois seriam processos complexos com pedido de pareceres e elaboração, seriam alterações que ficariam válidas após a publicação em Diário da República. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto nove aprovado por unanimidade -----

PONTO DEZ– Indicação pela Assembleia Municipal de Mira de um membro por cada partido para integrar a composição no Conselho Municipal de Juventude de Mira. -----

----- Interveio o **sr. Presidente da Assembleia** dizendo que cada bancada deveria indicar um membro para integrar na composição do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Interveio o Sr. **André Monteiro** afirmando que seria o próprio a integrar na comissão do conselho municipal de juventude.-----

----- Interveio o Sr. **Paulo Grego** Indicando o Sr. Hugo Gomes para integrar na comissão do conselho municipal de juventude.-----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes** indicou o Sr. Luís Alcaide a integrar na comissão do conselho municipal de juventude.-----

----- **PONTO ONZE– Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Aprovação final.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** pediu desculpa, mas aquele ponto já teria sido aprovado a 10 de novembro em Reunião de Câmara, tratava-se de uma pequena alteração ao Regulamento Geral de Educação e Urbanização nomeadamente numa questão dos sótãos e de uma questão de licenciamento ou licenciamento prévio de estufas. Era um assunto que já andava há muito para ser tratado e já teriam estado em discussão pública e iria naquele momento para aprovação para ser publicado no Diário da República. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto nove foi aprovado por unanimidade. -----

----- PONTO DOZE– Designação de cidadão eleitor – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes** que indicou o Sr. Carlos Veríssimo.-----

----- Interveio o Sr. **Paulo Grego** que afirmava que a sua intervenção nada tinha a ver com aquele ponto, uma vez que a ordem de trabalhos teria terminado mas com o episódio infeliz da sua bancada, como deveriam ter percebido estariam todos juntos e aquando da intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre o furo do centro da vila ele próprio teria feito uma piada dizendo que era um buraco financeiro, descuidando-se e de fato riram mas não foi nem por falta de respeito nem por falta de educação pois até poderiam não concordar com a política mas nunca iriam faltar ao respeito ao Sr. Presidente principalmente quando ele estaria no uso da palavra. Poderia ter dado outras interpretações e passar alguma situação menos honesta daquela parte, mas de fato teria sido o fazer uma piada que poderia não ter muita piada e teria resultado no que resultou, mas a intenção nunca teria sido desrespeitar o senhor presidente que estava no uso da palavra nem passar a imagem de má educação por parte daquela bancada. Deixava assim um pedido de desculpas públicas em nome da bancada do PS principalmente da parte da bancada do PS que estava junta naquela Assembleia.

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia** afirmando que se teria apercebido na realidade que não teria nada a ver com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara teria dito, mas ele de onde estava não se teria apercebido, sendo que o assunto ficaria assim sanado.-----

----- Interveio o **Presidente da Câmara** dizendo que o pedido de desculpas estaria aceite e que respeitava muito a bancada do Partido Socialista mas quando se falava tanto em respeito, tanto se apregoava respeito e se passava uma assembleia municipal inteira a apregoar por respeito, quando aconteceu aquela situação também se exaltou porque achava que quem o apregoa também o deveria praticar. Mas teria aceitado as desculpas e estava sanado o problema e queria deixar uma mensagem de esperança por toda a situação que se vivia,

desejando um bom Natal e um bom 2021.-----

----- Inteiro o Sr. **Presidente da Assembleia** que passou a votação da minuta da ata – aprovado por unanimidade-----

----- Inteiro de Sr. **Presidente da Assembleia** desejando a todos um feliz natal e um próspero ano novo e que o próximo ano trouxesse coisas melhores. Como estariam num período de COVID-19 que se faça desaparecer aquele COVID-19 com as medidas implementadas pois todos deveriam estar atentos por ser uma situação muito perigosa.-----

----- Inteiro o Sr. **André Monteiro** e desejou votos de Boas Festas e que tudo corresse pelo melhor.-----

-----Inteiro o Sr. **Paulo Grego** que reafirmou tudo o já teria sido dito, esperava que aquele ano de 2020 terminasse rapidamente e que o novo ano trouxesse a todos grandes sucessos que fosse um ano cheio de coisas boas para aquele concelho. Desejava a cada um e às suas famílias um Santo e Feliz Natal e boas entradas no próximo ano. -----

----- Inteiro o Sr. **Pedro Nunes** dizendo que teria escrito uma carta ao Pai Natal a fazer um pedido muito especial que gostaria de partilhar. Naquele ano difícil o que mais lhe tinha custado era o isolamento principalmente da família principalmente que era avô de quatro meninas e um menino. E que o Natal devolvesse o quanto possível os abraços que todos precisavam. -----

----- Inteiro o Sr. **Presidente da Câmara** desejando a todos um feliz Natal e recomendando que se protegessem. -----

----- Inteiro o Sr. **Nelson** dizendo que infelizmente seria o primeiro ano em que não faria o convite para o teatro do Seixo, mas se tudo corresse bem, no dia 25 dezembro de 2021 cumpririam a tradição. Desejou um Feliz Natal para todos. --

----- Inteiro a Sr. **Regina Serrano** desejou um Santo e feliz Natal, apelando para o viverem o melhor que pudessem e apelando para que fossem felizes. ---

-----**ENCERRAMENTO** -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nélson Miranda Cadete, Prof.)